

ProJovem
Programa Nacional de Inclusão de Jovens

Relatório de Atividades 2005/2007

Presidência da República
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Juventude

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJOVEM

Presidência da República

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Secretaria-Geral da Presidência da República

Ministro-Chefe Luiz Soares Dulci

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministro Patrus Ananias

Ministério da Educação

Ministro Fernando Haddad

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro Carlos Luzzi

Secretaria-Geral da Presidência da República

Secretário Nacional de Juventude

Luiz Roberto de Souza Cury

Secretário Nacional-Adjunto

Danilo Moreira

Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem

Coordenadora Nacional

Maria José Vieira Féres

Apresentação

1 – Introdução

- Juventude brasileira
- Qualidade de vida
- O ProJovem

2 – A proposta político-pedagógica – PPI

- Organização do espaço e do tempo
- Carga horária
- Currículo integrado
- Material didático
- Bolsa-auxílio
- Avaliação

3 – Os Educadores

- Seleção
- Formação inicial e continuada

4 – Monitoramento e avaliação do Programa

5 – Gestão compartilhada e parcerias

- Integração com os municípios
- Parceiros
- Gestão em rede
- ProJovem na internet

6 – Os alunos

- Campanhas de recrutamento
- Alcance do Programa
- Perfil dos alunos

7 – Impactos diretos

- Avaliação diagnóstica
- Evolução da aprendizagem
- Avaliação formativa
- Avaliação final
- Perfil dos concluintes
- Formação para o Trabalho
- Ação Comunitária
- Modelo de gestão
- Equipamento das escolas
- Capacitação de educadores
- Impactos sobre a rede pública regular

9 – Desafios e proposições

10 – Bibliografia e Documentos

APRESENTAÇÃO

Maria José Vieira Féres
Coordenadora Nacional do ProJovem

Este Relatório é uma primeira visão do esforço realizado pela Coordenação Nacional do ProJovem para garantir a eficácia de uma política pública nascida do compromisso de proporcionar conhecimentos, ampliar oportunidades e promover a inclusão social de milhares de jovens em todo o país, especialmente dos que têm de 18 a 24 anos de idade, foram excluídos da escola e vivem nas capitais e suas áreas metropolitanas.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem foi lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em fevereiro de 2005, como uma ação emergencial. De lá até aqui, perto de 200 mil jovens estão sendo beneficiados pelo programa, que é inovador em seus fundamentos pedagógicos, criativo no desenho de um sistema de gestão compartilhado por quatro ministérios e efetivado em regime de cooperação com os municípios, sete universidades e diversas organizações da sociedade civil.

O Conselho Nacional de Educação, por meio de conselheiros da Câmara de Educação Básica, acompanhou o ProJovem desde o seu nascimento, conheceu toda a concepção e formulação da proposta político-pedagógica, aprovando-a sem restrições e autorizando o seu desenvolvimento como programa experimental e reconhecendo a ousadia da fórmula que combina Ensino Fundamental, formação profissional inicial e ação social de interesse comunitário. Essa aprovação, expressa, inicialmente, no Parecer 2/2005, da Câmara de Educação Básica, está contida na Resolução N. 3/2006, de 16/08/2006, e destaca a importância estratégica do Programa no contexto das políticas públicas voltadas para a população juvenil.

Este documento sintetiza princípios, critérios e procedimentos adotados e aponta os primeiros impactos sobre os diversos segmentos que participam do programa. Muitos conhecimentos e práticas vêm sendo construídos durante o processo de implementação, e é fundamental registrá-las e discuti-las para incorporar os avanços e disseminar metodologias comprovadamente bem sucedidas, em nome da eficiência e do aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a juventude.

Para os gestores e os educadores, esta é uma experiência inédita e instigadora de reflexões e geradora de novos acúmulos no que se relaciona à vivência e abordagem das questões juvenis, ao modo de conduzir as intervenções e de apurar seus resultados. Para os alunos, certamente, o melhor desse aprendizado tem sido a descoberta de um novo alento e a perspectiva de mudança nas suas vidas e de suas famílias, com a auto-estima recuperada, melhor compreensão do mundo do trabalho, da ciência, da cultura, das artes e da vida comunitária.

Muitos desafios precisam, ainda, ser vencidos até a consolidação definitiva do Programa, mas as conquistas até aqui realizadas nos credenciam a confiar no ProJovem como uma iniciativa eficaz no sentido de proporcionar a milhares de jovens a retomada de sua trajetória escolar e a oportunidade de obterem uma profissão e de se incluírem socialmente, reacendendo a esperança por uma vida melhor e o compromisso com a construção de uma sociedade com mais justiça, ética e solidariedade.

1 – INTRODUÇÃO

O Brasil tem, atualmente, o maior contingente de jovens de toda a sua história e, ao mesmo tempo, é esta a parcela do povo brasileiro mais gravemente atingida por processos de exclusão, de desigualdade social e de deterioração da qualidade de vida. Somente nos últimos anos, a juventude foi reconhecida como alvo prioritário de políticas públicas permanentes e diferenciadas, que respeitam a diversidade da composição e as aspirações do público a que se destina.

Essa nova dimensão das ações do poder público é resultado da acumulação de conhecimentos e de reflexões promovidas por iniciativa de instituições de ensino e pesquisa, organismos governamentais e movimentos sociais, sobretudo, a partir de 2003. Dentre essas iniciativas, destaca-se o Projeto Juventude, realizado pelo Instituto Cidadania: uma ampla pesquisa nacional que sintetiza diagnósticos, recomendações e aprofundamentos sobre a temática juvenil e que foi submetida à análise e discussão com especialistas, lideranças, movimentos sociais e instâncias governamentais de todos os níveis.

Na Câmara Federal, em 2003, foi constituída a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, que promoveu audiências públicas em diversas regiões do Brasil; realizou uma Conferência Nacional de Juventude; desenvolveu ações de intercâmbio com diversas organizações internacionais. Essas discussões foram dirigidas à elaboração conjunta do Plano Nacional de Juventude, do Estatuto da Juventude e das emendas constitucionais que deveriam instituí-los.

Em 2004, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para examinar as políticas dirigidas à juventude. Coube à Secretaria-Geral da Presidência da República coordenar esse trabalho, que envolveu 19 Ministérios, Secretarias e órgãos técnicos especializados, e teve a colaboração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na produção e análise de informações estatísticas.

O GTI incorporou resultados de pesquisas e consultas realizadas pela UNESCO e pelo Projeto Juventude, buscou referências em experiências internacionais, acompanhou o trabalho da Comissão Especial da Câmara dos Deputados e promoveu uma série de debates com especialistas e movimentos sociais interessados nas temáticas de juventude.

Os debates no Grupo de Trabalho culminaram com a elaboração de uma proposta de Política Nacional destinada a integrar e dinamizar os programas e ações do governo federal voltadas para os jovens. O princípio básico dessa política é investir na promoção do desenvolvimento integral do jovem brasileiro, partindo de uma dupla aposta: criar condições necessárias ao rompimento do ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar na sociedade, em especial de seu segmento juvenil, a esperança em relação ao futuro do País.

Em 1º de fevereiro de 2005, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória 138 instituindo a Política Nacional de Juventude. Aprovada pelos parlamentares, a MP foi sancionada pelo Presidente da República, tornando beneficiários potenciais dessa nova política todos os cidadãos brasileiros com idade entre 15 e 29 anos.

A MP 138, convertida na Lei 11.129, de 30/06/2005, criou:

a) a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, que tem como atribuições formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para a implementação de políticas para a juventude;

b) o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), de caráter consultivo, cuja tarefa é assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação de diretrizes da ação governamental, fomentar estudos, propor diretrizes e acompanhar a Política Nacional de Juventude para que ela seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã. Paritário, o órgão é composto por representantes de órgãos governamentais, organizações juvenis, organizações não governamentais e personalidades reconhecidas por seu trabalho com jovens;

c) o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem, - voltado para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado pelas políticas públicas vigentes, os jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta série mas não concluíram a oitava série do Ensino Fundamental e que não têm vínculos formais de trabalho.

1.1 Juventude brasileira

No Brasil, não há dispositivo legal que delimite a faixa etária juvenil. O Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente (ECA) contempla a faixa da população com até dezoito anos de idade. As estatísticas brasileiras, por sua vez, consideram como jovens os membros do grupo etário de 15 a 24 anos. Contudo, o governo federal, acompanhando as tendências mundiais detectadas em missões de intercâmbio e seguindo recomendações de organismos internacionais, decidiu que serão beneficiários potenciais da Política Nacional de Juventude todos os brasileiros da faixa etária de 15 a 29 anos.

De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2000, havia 34 milhões de brasileiros com idades entre 15 e 24 anos, ou seja, 20% da população.

- 41,3% (14,1 milhões) desses jovens viviam em famílias com renda acima de um salário mínimo;
- 68,7% (19,9 milhões) eram de famílias com renda *per capita* menor do que um salário mínimo;
- 12,2% (4,2 milhões) pertenciam a famílias com renda *per capita* de até ¼ do salário mínimo.

Em 2003, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD/2003), que abrange as dez principais regiões metropolitanas do país, calculou em 23,4 milhões os jovens com idades entre 18 a 24 anos – 13,5% da população total do Brasil. Esse grupo, de acordo com a pesquisa, apresentava condições alarmantes quanto às taxas de escolaridade, de qualificação profissional e de desemprego: 7,9 milhões (34%) freqüentavam a escola; 15,4 milhões estavam excluídos do sistema educacional.

Dos 15,4 milhões de jovens fora da escola:

- 11% (1,7 milhão) haviam concluído o Ensino Fundamental;
- 37,5% (5,8 milhões) haviam concluído o Ensino Médio;
- 3,5% (547 mil) haviam cursado pelo menos um ano de Ensino Superior;
- 7,8% (1,2 milhão) começaram, mas não concluíram o Ensino Médio;
- 35,3% (5,4 milhões) não haviam concluído o Ensino Fundamental;
- 4,9% (753,4 mil) eram analfabetos;
- 60% (14 milhões) desenvolviam algum tipo de ocupação;
- 13% (3 milhões) declararam-se desempregados (55% mulheres).

Fonte: PNAD/2003

Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir dos dados obtidos pelo Censo e pela PNAD/2003, permitiram concluir que o segmento populacional representado pelos jovens de 18 a 24 anos de idade é um dos mais atingidos por velhos e novos mecanismos de exclusão social, e que suas condições de vida expressam com nitidez as diferenças e desigualdades características da sociedade brasileira. O estudo evidencia alguns dos principais problemas com os quais se deparam os jovens brasileiros:

- Acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições para a permanência nos sistemas escolares;
- Baixa qualificação ou qualificação inadequada às exigências do mundo do trabalho;
- Envolvimento com tráfico e uso de drogas ilícitas;
- Ocorrência de gravidez precoce;
- Alto índice de mortes por causas externas (homicídio, trânsito e suicídio);
- Acesso restrito às atividades de esporte, lazer e cultura.

Tais estudos indicaram que os jovens de 18 a 24 anos constituem o grupo social em mais grave situação de vulnerabilidade. São os mais atingidos pelas fragilidades do sistema educacional e pelas mudanças no mundo do trabalho; em grande maioria, são destituídos de apoio das redes de proteção social e não encontram equipamentos sociais e de lazer disponíveis ou em condições adequadas de uso.

A situação de vulnerabilidade é ainda mais enfatizada quando são analisadas outras dimensões da questão e outros indicadores sociais, como o acesso aos bens, serviços e equipamentos públicos; a disponibilidade, localização e qualidade da moradia; o saneamento e a degradação ambiental; a proximidade ou não dos sistemas de transporte coletivo; a situação das comunidades atingidas por altos índices de violência ou influenciadas pelo narcotráfico.

Segundo o Censo/2000, 84% dos jovens viviam no meio urbano, e 31% deles nas regiões metropolitanas – e é nessas áreas que se evidencia o crescimento de favelas e de periferias caracterizadas pela ausência de infra-estrutura e de equipamentos de educação, saúde e segurança pública. Além disso, os jovens, que já encontram dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, são os mais atingidos pelo desemprego: proporcionalmente, havia, em 2003, mais jovens desempregados nas regiões metropolitanas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJOVEM

(24,5%) do que nas demais áreas urbanas do país (17,6%). E essas taxas são muito maiores do que as registradas em outras faixas da população.

Esses dados identificam o grupo etário mais gravemente atingido pelo processo de exclusão social: são os jovens de 18 a 24 anos, residentes nas regiões metropolitanas, que estão fora da escola, sem qualificação profissional e sem lugar no mercado de trabalho.

2.2 Qualidade de vida

Várias pesquisas desenvolvidas por universidades, organismos internacionais e organizações não-governamentais confirmam esses dados e a precariedade das condições de vida dos jovens, especialmente nas capitais brasileiras e em suas regiões metropolitanas, que crescem sem controle e ainda recebem a migração de famílias oriundas do meio rural. Por vezes, a vulnerabilidade juvenil está fortemente relacionada ao crescimento desordenado da periferia das cidades e à ausência de sustentabilidade socioambiental.

Em cidades que recebem maiores fluxos migratórios — como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Brasília — a situação é ainda mais grave. Segundo o IBGE, de 1996 a 2000, a população jovem entre 15 e 24 anos de idade aumentou perto de 12% nas regiões metropolitanas. É justamente nas capitais dos estados e em seu entorno que ocorre conjugação ainda mais perversa de carências econômicas e de exclusão, permeada por um quadro dramático de violência urbana e presença do narcotráfico.

A violência das grandes cidades atinge os jovens de forma particularmente grave. Segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (Datusus), do Ministério da Saúde, na faixa etária de 15 a 29 anos, a violência mata mais do que qualquer doença ou qualquer outra causa externa, inclusive acidentes de trânsito. E os homens são as maiores vítimas: o índice de risco de morte para eles é 15 vezes superior ao enfrentado pelas mulheres do mesmo grupo etário.

De acordo com o Datusus, 35% das mortes notificadas em 2004 foram provocadas por armas de fogo: 70% dos homicídios atingiram adolescentes e homens jovens, de 10 a 39 anos de idade e, em sua grande maioria, pobres, de baixa escolaridade, moradores na periferia das grandes cidades.

De outro lado, pesquisas recentes e de organizações diversas também demonstram que os jovens desenvolvem formas próprias de expressar suas preocupações sociais, mas a maioria deles não participa de atividades de caráter social ou comunitário. Apenas uma minoria vincula-se a partidos ou associações de classe, mas muitos reclamam da falta de oportunidades de participação social.

- 65% dos adolescentes (12 a 17 anos) nunca participaram de atividades associativas e/ou comunitárias, segundo o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Infância).
- Apenas uma minoria dos jovens de 14 a 24 anos participa formalmente de movimentos estudantis, sindicatos, associações profissionais e partidos, de acordo com o Projeto Juventude, do Instituto Cidadania.
- Parte significativa dos entrevistados pelo Projeto Juventude (mais de 60%, entre os mais pobres) gostaria de participar de ações desenvolvidas em contextos sociais, comunitários e cidadãos.

Assim, em qualquer intervenção visando a modificar e melhorar a condição de vida dos jovens é preciso entender e assumir os desafios colocados para essa geração, valorizando suas formas inovadoras de encontrar respostas aos problemas sociais, chamando-os para o diálogo e a participação cidadã. Sem perder o referencial representado pelas diferentes maneiras pelas quais grupos jovens vêm expressando demandas, necessidades e visões de mundo e definindo suas formas de agir no espaço público.

O ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens é uma resposta ao quadro de carências e vulnerabilidades de parcela significativa da população brasileira,,coloca o jovem como centro das atenções e objeto de direitos sociais e busca ampliar as oportunidades de conhecimento e de participação da juventude na sociedade, respeitando suas formas de expressão e suas demandas específicas.

1.3 O ProJovem

Como parte da Política Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude, ligada à da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem foi instituído em 2005, por meio da Medida Provisória nº 238b, de 01/02/2005, transformada na Lei 11.129, de 30/06/2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.557, de 05/10/ 2005.

O Programa definiu como público-alvo os jovens entre 18 e 24 anos de idade que cursaram, pelo menos, a quarta série e não concluíram a oitava série do Ensino Fundamental, e que não tinham vínculo empregatício. À época, esse era o perfil de cerca de 1 milhão e 34 mil jovens residentes nas capitais e na periferia das maiores cidades das regiões metropolitanas, conforme as projeções feitas pelo IPEA e referentes ao ano de 2004. O perfil social dessa parcela da juventude tem, em geral, as características que se seguem.

Perfil genérico dos jovens que formam o público-alvo do ProJovem

- Moram nas periferias das grandes cidades;
- São excluídos da escola e do mundo do trabalho;
- Marcados por processos de discriminação étnica e racial, de gênero, geracional e de religião, entre outros;
- Vivenciam experiência geracional inédita que os conecta a processos globais de comunicação e, ao mesmo tempo, a complexas realidades locais de exclusão;
- Apresentam especificidades quanto a linguagens, motivações, valores, comportamentos, modos de vida e, ainda, em relação ao trabalho, escola, saúde, religião, violência, sexualidade etc;
- Revelam trajetórias pessoais diferenciadas, típicas da sociedade de consumo, experiências de risco e situações de violência, bem como por novas formas de engajamento social geradoras de autovalorização e construtoras de identidades coletivas.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJovem

O ProJovem inaugura um novo tempo. Além de inovar nas concepções pedagógicas, ele introduz um sistema de gestão consorciada(verificar) que atribui solidariamente responsabilidades a setores diversos da administração federal e aos parceiros em níveis local e regional.

O Programa congrega ações de quatro ministérios, de diversas áreas afins nos governos federal, municipais e do Distrito Federal, das universidades e das organizações do Terceiro Setor (verificar) que dele participam. Por conta dessas inovações, o modelo do ProJovem tem repercussões importantes que poderão representar um novo marco na definição de planos e ações voltadas para o público juvenil, em todos os níveis.

Na primeira etapa, a partir de 2005, o Programa teve como meta atuar em todas as 27 capitais brasileiras, e, desde 2006, expandiu-se para as Regiões Metropolitanas das capitais, sendo implantado em cidades com pelo menos 200 mil habitantes (conforme dados do Censo Demográfico/2000). Além das capitais, aderiram ao ProJovem 34(?) cidades das Regiões Metropolitanas, utilizando-se como instrumento de formalização a assinatura de convênios com as prefeituras municipais.

2 . PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O ProJovem foi concebido como uma intervenção de caráter emergencial, destinada a atender parcela significativa dos jovens com o perfil - tipificado como público-alvo, oferecendo-lhes a oportunidade de obterem uma qualificação profissional inicial, de retomarem a trajetória escolar e de prosseguirem nos estudos. Assume também caráter experimental ao basear-se em novos paradigmas, constituindo sua proposta curricular a partir de conceitos inovadores que integram o Ensino Fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária, visando à formação integral do jovem. (novos paradigmas também na gestão- lembrar)

O Projeto Político Pedagógico Integrado do ProJovem (PPI) foi elaborado no início do ano de 2005, a partir de um conjunto de oficinas de estudos com a participação de pedagogos e especialistas em educação. O PPI define os princípios político-pedagógicos, a forma de implantação do Programa e suas diretrizes curriculares e metodológicas, visando a orientar a elaboração dos materiais didáticos e complementares, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.

O Programa aproveita intensamente a cidade como espaço educativo, incentivando estudos do meio, pesquisas de campo, visitas e intervenções em locais diversos, levando os jovens a compreenderem as forças que atuam em suas comunidade, a cadeia produtiva local e regional, os órgãos e serviços públicos, os agentes de prestação de serviços, centros culturais, associações e outros espaços de participação política e expressão cultural.

Em março de 2005, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Câmara de Educação Básica, analisou Programa Nacional de Inclusão de Jovens e aprovou-o sem restrições como um projeto experimental e de validade nacional, nos termos do artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹. O parecer CNE/CEB 2/2005 foi homologado pelo Ministro da Educação e publicado no Diário Oficial da União em 2/5/2005. Dessa forma, ficou garantida a emissão de certificação final do Ensino Fundamental para os alunos aprovados, conferida por escola pública municipal bem como a certificação do curso de qualificação profissional em nível de formação inicial.

Mais tarde, visando a dar harmonia conceitual e unidade nacional ao programa, que é desenvolvido em nível federal e executado em regime de colaboração com os Municípios e o distrito Federal, foram elaboradas as normas contendo as diretrizes e procedimentos técnico-pedagógicos para a implementação do ProJovem em todo o País. O documento foi apresentado ao Conselho Nacional de Educação e aprovado pela unanimidade dos membros da Câmara de Educação Básica. Dessa aprovação, resultou a Resolução N. 3/2006, homologada pelo Ministério da Educação e publicada pelo Diário Oficial da União, em 16 de agosto de 2006. Esse estatuto legal estabelece “que os órgãos normativos dos sistemas de ensino e as escolas envolvidas no Programa poderão reconhecer estas diretrizes como normas institucionais para fins de certificação de estudos, no âmbito do mencionado projeto nacional”.

¹ Art. 81 - É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedidas as disposições desta Lei.

O ProJovem visa a proporcionar formação integral por meio da associação entre:

- Re-inserção na escola e retomada da trajetória formativa;(verificar) parece que é finalidade
- Elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental;
- Qualificação profissional com certificação em nível de formação inicial;
- Desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

O ProJovem tem por finalidade contribuir para:

- Identificação de oportunidades e capacitação para o mundo do trabalho;
- Identificação, elaboração de planos de ação social e desenvolvimento de experiências comunitárias;
- Inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação.

2.2 Organização do espaço e do tempo

O ProJovem é desenvolvido em **Núcleos**, que são compostos de cinco turmas com vinte a trinta jovens (mínimo de vinte alunos por turma e devem funcionar diariamente em locais onde há espaços adequados disponíveis. Geralmente, funcionam em escolas municipais e, em cada um, foi instalado um laboratório de informática (dez computadores e uma impressora) para uso dos alunos e dos educadores.

Oito Núcleos, por sua vez, vinculam-se a uma **Estação Juventude**, espaço de referência para os jovens e local de encontro, de busca de informação, de orientação e estudo. Nela são desenvolvidas atividades em grupo e realizados eventos culturais e outras ações que favoreçam o processo formativo, a expressão cultural e a participação cidadã dos alunos.

Cada Estação Juventude conta com oito educadores da área de Qualificação Profissional e quatro Assistentes Sociais que são responsáveis pelo desenvolvimento das ações sociais nos Núcleos. Conta, ainda, com um coordenador pedagógico responsável pelo desenvolvimento das ações curriculares dos Núcleos, um coordenador administrativo, que articula e realiza as ações administrativas no âmbito dos oito Núcleos, e um profissional de apoio administrativo.

2.2 Carga horária

Ao integrar Ensino Fundamental, qualificação profissional e ação comunitária, o programa busca oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, reelaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se repositionem quanto à sua inserção social e profissional.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJovem

O curso é distribuído em 1.600 horas, sendo 1.200 de atividades presenciais e 400 horas não-presenciais, cumpridas ao longo de 12 meses. A organização do tempo no ProJovem prevê que cada uma das quatro Unidades Formativas seja desenvolvida em doze semanas e meia, totalizando 50 semanas.

O desenvolvimento das atividades previstas no projeto implica a dedicação intensiva dos jovens ao curso por, pelo menos, 32 horas semanais. São 24 horas presenciais destinadas à elevação da escolaridade, qualificação profissional, ação comunitária, informática, estudos ou trabalhos interdisciplinares, em sala de aulas ou em visitas orientadas, palestras, pesquisas. Outras oito horas são para atividades não-presenciais realizadas individualmente ou em grupos: leitura, elaboração de planos, registros etc.

Carga horária do ProJovem			
Modalidade	Horas presenciais	Horas não-presenciais	Total
Ensino Fundamental	800	400	1.200
Qualificação Profissional	350	-	350
Ação Comunitária	50	-	50
Total	1.200	400	1.600

Fonte: PPI/ProJovem

2.3 Currículo Integrado

O PPI estabelece que a formação básica oferecida aos alunos visa a garantir a aprendizagem, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, e com a certificação correspondente. A qualificação profissional, como estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, ocorre no nível de formação profissional inicial, enquanto a Ação Comunitária se desenvolve tendo em vista a construção de atitudes solidárias, a participação social cidadã e a promoção do interesse público.

A Qualificação Profissional ocorre desde o início do curso, com atividades de iniciação ao mundo do trabalho e de formação técnica geral, comuns a todas as ocupações. No terceiro e no quarto módulos, ela prossegue com a parte específica de cada arco ocupacional. A carga horária total é de 350 horas: 150 horas para a fase inicial e 200 horas para formação técnica específica. Cada aluno recebe qualificação em um arco que lhe possibilita a formação profissional inicial em quatro ocupações, como se pode observar na tabela à página seguinte.

A definição dos arcos profissionais oferecidos pelo ProJovem tomou por base os estudos do Ministério do Trabalho e Emprego sobre os sistemas de formação profissional no País, as exigências atuais do mercado e uma perspectiva sobre as demandas futuras, sempre levando em conta a rápida evolução dos sistemas produtivos e as alterações que elas têm provocado na cadeia geradora de trabalho e emprego.

A Coordenação Nacional do Programa colocou à disposição das prefeituras e do Governo do Distrito Federal 23 arcos profissionais e orientou as coordenações municipais a oferecerem aos alunos os quatro cursos que melhor se adaptassem às condições locais, considerando-se o desenvolvimento socioeconômico local, os cenários e as tendências do mundo do trabalho, a situação ocupacional atual, as vocações regionais, os investimentos previstos, e as demandas sociais e de serviços públicos.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJovem

Arcos e ocupações profissionais oferecidas pelo ProJovem		
ARCO	OCUPAÇÕES	CÓDIGO CBO
1. Telemática	a) Operador de Microcomputador b) Telemarketing c) Helpdesk - apoio ao usuário de informática d) Assistente de vendas (informática e celulares)	4121-10 4223-10 3172-10 3541-25
2. Construção e Reparos I (Revestimentos)	a) Ladrilheiro b) Pintor c) Vidraceiro (Edificações) d) Trabalhador da manutenção de edificações (reparos prediais)	7165-10 7233-10/7166-10 7163-10 9914-05
3. Construção e Reparos II (Instalações)	a) Eletricista Predial b) Instalador-reparador de linhas e equipamentos de telecomunicações c) Instalador de sistemas eletrônicos de segurança d) Trabalhador da manutenção de edificações (instalações)	7156-10 7313-20 9513-05 9914-05
4. Turismo e Hospitalidade	a) Cumim (auxiliar de garçom) b) Recepcionista c) Guia c) Agente de viagem	4221-05 5114-05 3548-15
5. Vestuário	a) Costureiro b) Reformadora de roupas c) Montador de artefatos de couro d) Vendedor de comércio varejista (vestuário)	7632-10 7630-15 7653-15 5211-10
6. Administração	a) Arquivista/arquivador b) Almoxarife c) Auxiliar de escritório/administrativo d) Contínuo/Office-boy/Office-girl	4151-05 4141-05 4110-05 4122-05
7. Serviços Pessoais	a) Cabeleireiro/Barbeiro b) Manicure/pedicure c) Maquiador d) Esteticista	5161-10/5161-05 5161-20/5161-40 5161-25 5161-15
8. Serviços Domésticos I	a) Jardineiro b) Porteiro c) Empregado doméstico nos serviços gerais - Caseiro d) Cozinheiro no serviço doméstico	6220-10 5174-10 5121-05 5132-10
9. Serviços Domésticos II	a) Motorista b) Faxineiro c) Babá d) Lavadeiro	7823-05 5121-15 5162-05 5163-05
10. Esporte e Lazer	a) Auxiliar técnico - nos esportes b) Monitor de esportes e lazer c) Animador de eventos d) Apresentador de festas populares	2241-35 3714-10 3763-05 3763-10
11. Metalmeccânica	a) Serralheiro b) Funileiro industrial c) Assistente de vendas (automóveis e autopeças) d) Auxiliar de promoção de vendas - administrativo (lojas de automóveis e autopeças)	7244-40 7244-35 3541-25 4110-05

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJÓVEM

12. Madeira e Móveis	a) Marceneiro b) Reformador de móveis c) Vendedor lojista (móveis) d) Desenhista de móveis	7711-05 7652-35 5211-10 3184-25
13. Arte e Cultura I	a) Ator de teatro b) Artistas da dança (dançarino, figurino e coreografia) c) Dançarinos tradicionais e populares d) Produtor de espetáculos	2625-05 2628 3761 2621
14. Arte e Cultura II	a) DJ/MC b) Fotógrafo social c) Operador de câmara de vídeo (<i>cameraman</i>) d) Grafiteiro (artes visuais)	Sem CBO 2618-15 3721-15 2624-05
15. Saúde	a) Auxiliar de laboratório de análises clínicas b) Recepcionista de consultório médico ou dentário c) Corretores de seguros (venda de planos de saúde) d) Auxiliar de administração (hospitais e clínicas)	5152-15 4221-10 3545-05 4110-05
16. Gestão Pública e 3º Setor	a) Assistente administrativo (no serviço público) b) Coletor de dados em pesquisas c) Elaboração/gestão de projetos sociais d) Trabalho social	4110-10 4241-05 Sem CBO Sem CBO
17. Educação	a) Crecheiro b) Merendeiro c) Contador de histórias d) Assistente administrativo (escolas/bibliotecas) e) Reforço escolar	3311-10 5132-05 2625-05 4110-10 Sem CBO
18. Transporte	a) Cobrador b) Motorista de ônibus urbano c) Assistente administrativo (transporte) d) Despachante	5112-15 7824-10 4110-10 4231-05
19. Alimentação	a) Chapista b) Repositor de mercadorias (em supermercados) c) Cozinheiro geral d) Vendedor ambulante (alimentação)	5134-35 5211-25 5132-05 3541-30
20. Gráfica	a) Editor de texto e imagem b) Encadernador c) Impressor (serigrafia) d) Operador de acabamento (indústria gráfica)	7661-20 7687-05 7662-05 7663-15
21. Joalheria	a) Joalheiro na confecção de bijuterias e jóias de fantasia b) Joalheiro (reparações) c) Gravador (joalheria e ourivesaria) d) Vendedor de comércio varejista (jóias, bijuterias e adereços)	7510-10 7510-15 7511-15 5211-10
22. Agroextrativismo	a) Trabalhador na criação de pequenos animais (apicultura, avicultura de corte, avicultura de postura) b) Trabalhador em cultivo regional (fruticultura, oleicultura) c) Trabalhador Extrativista florestal de produtos regionais (madeira, alimentos silvestres, fibras, ceras e óleos, gomas e resinas) d) Trabalhador no Artesanato regional (cerâmica, bordados, madeira, palha e materiais orgânicos)	6234-10/6234-15/ 6234-20/ 6233-20 6233-05/6233-10 6225/6223 6321/6324/6323/ 6322 7521-05/7523-10 7682-05/8332-05
23. Pesca/Piscicultura	a) Trabalhador da Pesca artesanal (lagostas, pescados de água doce, camarões e peixes) b) Trabalhador em Piscicultura c) Trabalhador no beneficiamento do pescado (sal-	6310-15/6311-05/ 6310-20 6313-25 8481-10/8414-84/

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJovem

	gador de pescado, limpeza de pescado, defumador de pescados)	8481-05
	d) Vendedor de pescado - Peixeiro (comércio varejista)	1414-10

Ação Comunitária - O componente curricular da Ação Comunitária é desenvolvido por educadores e alunos desde o início do curso com o objetivo de estimular a participação social e o exercício da cidadania. O desenvolvimento desse componente é feito por profissionais da área de Serviço Social. A Ação Comunitária abrange múltiplas aprendizagens no âmbito da convivência entre os jovens, da sociabilidade e da participação cidadã na vida pública. Com ela, busca-se articular conhecimentos desenvolvidos nas dimensões da Educação Básica e da Qualificação Profissional com a realidade imediata e local dos jovens, por meio do planejamento e da execução de uma ação coletiva de interesse público, na comunidade em que eles vivem. O propósito é gerar oportunidades para desenvolver a criatividade, novos interesses e novas atitudes, valorizando o protagonismo e a reflexão sobre valores éticos e estéticos, sobre os direitos sociais e o exercício da cidadania.

2.4 Material Didático

Todo o material didático foi desenvolvido especificamente para o ProJovem, levando em conta os conceitos e fundamentos do Programa e explorando eixos estruturantes que permitem relacionar o conhecimento científico com a temática própria do cotidiano e da vida dos jovens. Os livros contêm textos com aspectos básicos de todos os conteúdos tratados no curso e que devem ser articulados com os conhecimentos prévios e as experiências dos alunos. Os eixos estruturantes e as referências conceituais permitem direcionar os estudos em uma perspectiva interdisciplinar e dão aos educadores amplo espaço de liberdade no desenvolvendo das ações curriculares.

São quatro volumes organizados de forma a traduzir o currículo em situações de ensino e de aprendizagem, nortear o percurso dos alunos, orientar trabalhos individuais ou em grupo, apoiar as atividades a distância e dar suporte à ação pedagógica.

- Unidade Formativa I: Juventude e Cidade
- Unidade Formativa II: Juventude e Trabalho
- Unidade Formativa III: Juventude e Comunicação
- Unidade Formativa IV: Juventude e Cidadania

Esse material foi complementado com a produção e distribuição a todos os Núcleos de um conjunto de quatro vídeos (DVD) destinados a apoiar os professores no ensino da Língua Inglesa.

O material didático para desenvolvimento dos arcos de qualificação profissional também foi elaborado especialmente para o ProJovem, com a supervisão de equipes do Ministério do Trabalho e do Emprego: um volume para cada um dos 23 arcos ocupacionais, destinado aos alunos, e outro volume para orientação dos docentes.

Durante o ano de 2006, todo o material didático passou por um processo contínuo de avaliação, procedendo-se, sempre que necessário, a reformulação de conteúdo e a

revisão pelos autores das áreas de conhecimento específicas. Também os instrumentos de avaliação e cadernos de atividades pedagógicas foram reorganizados de modo a propiciar maior adequação à dinâmica pedagógica do Programa.

Cada aluno do ProJovem recebe os seguintes livros:

- 4 volumes do Guia de Estudo, um para cada Unidade Formativa;
- Uma Agenda do Estudante, para anotações e registros escolares;
- Um Caderno de Avaliação;
- Um volume do Guia de Estudo da Formação Profissional.

Cada educador do ProJovem recebe:

- 4 volumes do Manual do Educador, um para cada Unidade Formativa;
- Fichas de Acompanhamento e Avaliação;
- Um Manual do Educador de Qualificação Profissional (conforme a área de atuação).

2.4 Bolsa-auxílio

Enquanto estiver matriculado no ProJovem, o aluno tem direito a doze bolsas de incentivo, recebendo da União um auxílio financeiro mensal de R\$ 100,00. As condições para isto são que ele compareça a pelo menos 75% das atividades presenciais do mês, incluindo a Ação Comunitária programada para o período, e presente, no mínimo, três dos trabalhos mensais exigidos pelos educadores.

A gestão do pagamento e da manutenção do auxílio financeiro mensal é executada pela Coordenação Nacional do Programa, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Para operacionalizar o pagamento e a manutenção do auxílio financeiro, o MDS firmou, em setembro de 2005, um contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF).

Os alunos tiveram contas abertas em seus nomes na CEF, receberam cartões magnéticos individuais e foram orientados pelos professores sobre a utilização das contas, dos terminais eletrônicos e também sobre as obrigações e direitos dos correntistas. Com isto, foi possível também promover a inclusão bancária dos atendidos pelo ProJovem. (ver a questão do CAED e monitoramento)

2.5 Avaliação do aluno

A avaliação assume caráter predominantemente diagnóstico e formativo, de modo a subsidiar a adequação da dinâmica do curso às necessidades, demandas e dificuldades dos alunos. O propósito é subsidiar os avanços progressivos dos alunos e indicar suas necessidades de reforço e recuperação.

Logo que chegam, todos passam por uma prova inicial, a avaliação diagnóstica, feita com base em testes elaborados pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF), para identificar o estágio em que se encontra o aluno. Os resultados são informados diretamente aos educadores por meio da Revista do Professor, que apresenta os critérios utilizados na avalia-

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJOVEM

ção, as matrizes e os objetivos dos testes, o diagnóstico da turma e a situação individual de cada aluno. Dessa maneira, os professores podem mapear a turma para definir a estratégia de ensino a ser seguida e identificar os alunos que necessitam de acompanhamento pessoal.

Novas avaliações, formuladas pelos autores do material didático, são aplicadas no encerramento de cada uma das quatro unidades formativas que compõem o Programa. E, no fim do curso, os alunos são submetidos ao Exame Nacional Final Externo (ENFE), toma por base as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental(CORRIGIR) e aplicado com a participação de profissionais das sete universidades públicas que compõem o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa. O ENFE permite identificar as habilidades e competências desenvolvidas durante o curso.

3. OS EDUCADORES

A seleção dos professores, orientadores profissionais e assistentes sociais para atuarem no ProJovem é feita pelas prefeituras municipais ou pelo governo do Distrito Federal. Devido à diversidade de situações e a variedade das regulamentações, coube a cada administração local definir o critério de alocação de seus recursos humanos. Em alguns casos, foram abertos processos públicos de seleção, noutros foram convocados professores concursados, ou designados profissionais fora dos quadros do município.

A formação específica (nível superior – Licenciatura plena) em uma área do currículo do Ensino Fundamental é pré-requisito para a admissão como docente do ProJovem, com exceção dos qualificadores profissionais, para os quais foram aceitos critérios de notório saber no arco profissional ou recomendação técnica de instituição oficial de formação profissional. Os recursos orçamentários para fazer face às despesas de pagamento de pessoal no município são concedidos pelo governo federal, conforme previsto nos convênios firmados.

Independentemente da área de atuação, os educadores só começam suas atividades após passarem pela formação inicial, que é desenvolvida por instituição especializada escolhida pela administração municipal ou do Distrito Federal. Para garantir a unidade nacional dessa formação, a Coordenação Nacional do Programa encarregou a Fundar – Fundação Darcy Ribeiro, do Rio de Janeiro, de articular com as Instituições Regionais e as instituições formadoras locais a capacitação dos formadores, para se estes, em cada região, fossem encarregados da formação inicial e continuada dos educadores locais do ProJovem. (MELHORAR)

São 160 horas de formação inicial e 144 horas de formação continuada. A formação inicial destina-se a orientar e estimular os docentes e os gestores em nível municipal a observarem os novos paradigmas adotados pelo ProJovem para o desenvolvimento das ações curriculares e a construção dos conhecimentos, baseados na integração dos conteúdos do Ensino Fundamental, da Formação para o Trabalho e da Ação Comunitária. As atividades da formação continuada, por sua vez, dão seqüência às da formação inicial e são ditadas por questões surgidas na prática pedagógica e na implementação do Programa (**ver quadro na página seguinte**). (formação em serviço- melhorar a redação) destacar a concepção de rede)

Programa básico para formação de educadores para atuarem no ProJovem	
Conteúdos	<ul style="list-style-type: none"> - Princípios e Fundamentos do ProJovem; - Unidades Formativas do Programa: eixos estruturantes e referências conceituais; - Transformações no mundo do trabalho e novas características da qualificação profissional; - Características bio-psico-sociológicas da faixa etária dos alunos; - Processos identitários no mundo globalizado.
Metodologias	<ul style="list-style-type: none"> - Organização de processos de trabalho coletivo (oficinas, debates etc); - Método das unidades de estudo e trabalho; - Orientação de projetos e ações sociais; - Gestão democrática de grupos; - Processo pedagógico na educação a distância; - Avaliação de desempenho escolar; - Planejamento de atividades para recuperação da aprendizagem.
Princípios e valores	<ul style="list-style-type: none"> - Educação, família, escola e cidadania; - Ética das relações interpessoais; - Inclusão e participação; - Cidadania ativa.

Considerando a necessidade de emprego de material específico para a formação inicial e continuada dos educadores do ProJovem, além do Manual do Educador – Orientações Gerais, foi produzida uma série de cinco vídeos de apoio ao desempenho das funções de professor especialista e do professor-orientador, nas três dimensões do currículo do ProJovem, e com o respectivo texto de apoio.

Temas dos vídeos produzidos pelo ProJovem:

- Vídeo 1 – “Ser Jovem Hoje”
- Vídeo 2 – “Currículo Integrado e Inclusivo: conceitos básicos e seu significado no currículo do ProJovem”
- Vídeo 3 – “Trabalho Educacional na Perspectiva da Autonomia e da Pluralidade”
- Vídeo 4 – “As Dificuldades de Aprendizagem no ProJovem”
- Vídeo 5 – “Formação Inicial e Continuada do Educador do ProJovem: o especialista, o pensador e o cidadão”.

Ainda como parte da formação continuada, uma grande parte dos educadores recebeu treinamento em informática, destinado a preparar os profissionais para o uso de computadores no seu cotidiano, na preparação das aulas, pesquisas e levantamento de informações. O treinamento envolveu informações básicas sobre sistemas operacionais, programas educativos e de comunicação via internet. Todo o conteúdo do curso foi colocado em apostilas que, como todo o material didático do Programa, também estão disponíveis para *download* no sítio do ProJovem (www.projovem.gov.br).

4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A avaliação do Programa é permanente e feita pelas sete universidades participantes do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA), no âmbito das regiões em que atuam, como previsto nos convênios firmados por elas com a Secretaria-Geral da Presidência da República. As universidades não participam da gestão local do Programa, atuando como Instituições Regionais nas ações de monitoramento, avaliação e supervisão. Esta é outra inovação introduzida pelo ProJovem, tendo em vista a necessidade de acompanhar as ações, a gestão e a execução do Programa em todo o país, de levantar e analisar dados e fornecer subsídios para o planejamento e tomada de decisões visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos de implementação da proposta pedagógica.

O Sistema de Avaliação e Monitoramento do ProJovem (SMA) é composto por quatro subsistemas – monitoramento, avaliação externa dos alunos, avaliação do Programa e supervisão. Dele fazem parte sete instituições universitárias cujas atribuições são delimitadas regionalmente, a partir de desenho metodológico previamente definido pelo Conselho Técnico, instância de decisão do SMA, e subordinadas à Coordenação Nacional do ProJovem

Instituições Regionais que compõem o Sistema de Monitoramento e Avaliação	
Instituição Regional	Regiões de abrangência
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Regional Norte: Belém, Ananindeua, Manaus, Rio Branco, Macapá, Porto Velho e Boa Vista.
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Regional Nordeste I: Salvador, Maceió, Aracajú, São Luis e Teresina.
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Regional Nordeste II: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Fortaleza, Caucaia, Natal e João Pessoa.
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Regional Sudeste I: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, Niterói, Nova Iguaçu, Vitória, Serra e Vila Velha.
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Regional Sudeste II: São Paulo, Carapicuíba, Diadema, Embu, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Osasco, Santo André e Suzano.
Universidade de Brasília (UnB)	Regional Centro-oeste: Brasília, Goiânia, Aparecida de Goiânia, Campo Grande, Cuiabá e Palmas.
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Regional Sul: Curitiba, São José dos Pinhais, Florianópolis, Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Novo Hamburgo e Viamão.

O SMA mantém e opera um sistema informatizado de registro e processamento de dados sobre a gestão local do programa e a vida escolar dos alunos, aos quais a Coordenação Nacional e todos os coordenadores municipais do Programa têm acesso via internet, mediante senha individual. Ali estão dados referentes aos Núcleos e às Estações Juventude, por município e por Instituição Regional, com os quais é possível verificar as matrículas e a frequência dos alunos, o desenvolvimento das ações curriculares, os resultados das avaliações, dados sobre a gestão do programa e informações gerenciais.

5. GESTÃO COMPARTILHADA (INTERSETORIAL) E PARCERIAS

Em sua estrutura organizacional, o ProJovem tem um Comitê Gestor, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e integrado pela SNJ-SGPR, pelo Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Como suporte operacional, o Comitê conta com uma Comissão Técnica, também composta por representantes da Secretaria-Geral e dos três ministérios parceiros.

5.1 Integração com os municípios

O modelo de parceria estabelece que os municípios e o governo do Distrito Federal são responsáveis pela seleção e contratação dos educadores, fornecem as instalações para desenvolvimento do Programa, inclusive as destinadas aos laboratórios de informática, e pagam as despesas de manutenção dos Núcleos e Estações Juventude.

O governo federal destina recursos para o pagamento dos salários dos educadores, nos limites previstos em convênio, fornece os equipamentos para montagem dos laboratórios de informática (que passam ao patrimônio dos municípios), paga o auxílio financeiro aos alunos, produz e distribui o material didático e transfere os recursos, com base num valor *per capita*, para custeio do lanche diário a que os alunos têm direito.

A implantação do ProJovem deu-se de forma gradativa, a partir das capitais dos estados e do Distrito Federal, mediante adesão firmada em documento próprio em que são estabelecidas as condições de execução do programa e as obrigações de cada parte. O passo seguinte foi a assinatura dos convênios que detalham a parceria, os cronogramas de execução e a abrangência do Programa em cada município.

Nos dias 22 de abril e 24 agosto de 2005, foram realizadas no Palácio do Planalto, em Brasília, as cerimônias de assinatura do Termo de Adesão ao ProJovem, reunindo prefeitos e representantes das prefeituras de 26 capitais e do governo do Distrito Federal. Nos meses de maio e junho-junho(verificar)de 2005, começou a implementação do Programa nos municípios de Recife, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre, Porto Velho, Boa Vista, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.(verificar) Ficou definido, mediante acordo, que cada município implantaria, inicialmente, uma Estação Juventude (1.200 vagas), com exceção de Boa Vista e Porto Velho, que alegaram condições para implantar duas Estações Juventude, com 2.400 vagas. (verificar)

Ao aderir ao Programa, os parceiros assumiram uma série de compromissos: realizar a matrícula dos jovens selecionados dentro das condições estabelecidas para ingresso no ProJovem; providenciar e arcar com a infra-estrutura necessária (salas de aula, ambientes para os laboratórios de informática, espaços para a Estação Juventude); arcar com as despesas de insumo e consumo do ProJovem no âmbito de sua responsabilidade; instituir o Comitê Gestor Local, composto por representantes das áreas de educação, trabalho, assistência social, juventude, dentre outras, para a coordenação e arti-

culação política do ProJovem em âmbito local; certificar a conclusão do curso pelo aluno.

Os municípios também apresentaram seus planos de trabalho e firmaram convênios com o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Esses instrumentos permitiram às prefeituras receber recursos financeiros para a formação inicial e continuada de educadores e coordenadores locais, aquisição de alimentos para o lanche dos alunos matriculados, pagamento de educadores, pessoal de apoio e coordenadores locais do Programa, e, excepcionalmente, locação de espaço físico e aquisição de material de consumo.

Em maio de 2006, a Coordenação Nacional do ProJovem decidiu iniciar a expansão do Programa, tendo sido conveniada a meta de atender 50 mil jovens no conjunto de 36 cidades com mais de 200 mil habitantes, localizadas nas dez Regiões Metropolitanas das capitais.

Até julho de 2007, estavam sendo beneficiados pelo Programa 185 mil jovens, prevenindo-se que esse número chegaria a 200 mil, com o ingresso de novas turmas, a partir de setembro.

5.2 Parceiros

CAEd - O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), ligado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), é responsável pela coordenação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem e pelo processamento das informações obtidas no acompanhamento da implementação, do desenvolvimento das ações pedagógicas e da gestão do Programa nos Núcleos e Estações Juventude.

O CAEd mantém um sistema informatizado de registro e processamento de dados, em especial os referentes à frequência dos alunos e ações curriculares. As informações são produzidas por meio do envio de relatórios das Estações Juventude e das Coordenações Municipais, visitas, aplicação de questionários e entrevistas com gestores, educadores e alunos, e passam a compor relatórios cujos dados podem ser consultados pelas coordenações municipais, via internet.

Outra atribuição do CAEd é a elaboração dos testes para avaliação externa dos alunos (diagnóstica, intermediária e final). Os resultados são analisados e informados à Coordenação Nacional, às Coordenações Municipais, aos professores e aos alunos por meio de relatórios específicos, além das análises complementares definidas pelo SMA e pela Coordenação Nacional. Não é melhor colocar no contexto do SMA?

Fundação Darcy Ribeiro - Desde meados de 2005, a Fundação Darcy Ribeiro (Fundar), uma organização não-governamental (verificar o estatuto jurídico da FUNDAR. Achp que é Fundação e não ONG) sediada no Rio de Janeiro, é parceira do ProJovem e responsável pela formação inicial e continuada dos educadores selecionados para participarem do Programa. A Fundar prepara os especialistas indicados pelas universidades e instituições formadoras locais, e estes executam o trabalho de formação inicial e continuada dos educadores contratados para atuar no Programa. (Ficou confuso-melhorar)

O trabalho começou em julho de 2005 e inclui assessoria à Coordenação Nacional e às Coordenações Municipais e atendimento *on line* aos gestores e educadores, por meio do sítio da Fundar na internet. A Fundação Darcy Ribeiro foi escolhida por dez prefeituras para assumir também a capacitação inicial e a formação continuada dos educado-

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJovem

res do ProJovem: Belo Horizonte, Boa Vista, Campo Grande, Fortaleza, Florianópolis, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. (precisa disso?)

Fundação Roberto Marinho - Visando a dinamizar os espaços das Estações Juventude, a Coordenação Nacional do ProJovem firmou contrato de parceria com a Fundação Roberto Marinho, entidade civil sem fins lucrativos e com experiência no trabalho de mobilizar pessoas e comunidades por meio da comunicação. O objetivo é abrir espaços nas Estações Juventude e criar oportunidades e estímulos à manifestação e expressão cultural, como parte do processo formativo e do exercício da cidadania.

A Fundação desenvolve ações para dinamizar as atividades pedagógicas extracurriculares formando articuladores sociais que atuam para vincular as temáticas trabalhadas no Programa e as situações de vida dos jovens. Dessa forma, são criadas ferramentas e mecanismos com os quais o jovem pode atuar, utilizando códigos e linguagens apropriadas. Entre as atividades realizadas destacam-se a organização de videotecas, realização de Dias Temáticos nas Estações Juventude, cursos de comunicação e mídia e produção de programas de rádio.

PNUD - O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem desenvolvendo projetos ao longo de quatro décadas no Brasil, especialmente nas áreas de gestão, treinamento e controle social. A parceria com o ProJovem visa a fortalecer e aprimorar as políticas voltadas para a juventude.

Presente em mais de 150 países, o PNUD facilita a troca de experiências e informações internacionais sobre políticas, programas e projetos de inclusão social e o aproveitamento do conhecimento especializado das diferentes agências do sistema mantido pelas Nações Unidas. Com sua experiência, também contribui para gestão eficiente de recursos do Programa, adotando procedimentos e instrumentos ágeis e transparentes.

A parceria permitiu, ainda, o desenho e implementação de um sistema informatizado de gestão compartilhada, a capacitação e a estruturação de equipes do Programa, cursos e seminários de capacitação para educadores e coordenadores, elaboração e impressão e distribuição de materiais instrucionais e técnico-pedagógicos, além da avaliação e disseminação do projeto de apoio ao ProJovem.

5.3 Gestão em rede

Desde a fase inicial do ProJovem, a Coordenação Nacional implantou diversas metodologias, procedimentos e normas para mobilizar os educadores e gestores locais visando à disseminação dos conceitos pedagógicos ações administrativas, decisões e orientações. A estratégia principal é a gestão em rede, baseada em mecanismos, rotinas e oportunidades gerar informações e difundir as experiências positivas, os alertas e as recomendações necessárias ao funcionamento e aperfeiçoamento do Programa.

Tem sido cumprida uma extensa agenda de seminários, oficinas e encontros setoriais, de âmbito nacional, regional e local, para a efetivação do intercâmbio de informações e de experiências envolvendo temas como etapas e providências de implantação do programa, procedimentos administrativos, ações pedagógicas, material didático, supervisão, avaliação, formação de educadores e de gestores, qualificação profissional, ação comunitária, dinamização dos Núcleos e das Estações Juventude, entre outros.

5.4 O ProJovem na internet

Com o crescimento do Programa, surgiu a necessidade de um canal de comunicação e de divulgação capaz de estabelecer o contato entre os participantes do Programa em tempo real, e empregando as ferramentas mais modernas de processamento de informações. O sítio do ProJovem na internet entrou no ar em 10 de junho de 2006 e seu endereço é: www.projovem.gov.br

A proposta do sítio é disponibilizar e tornar públicas todas as informações referentes ao funcionamento do Programa; abrir um canal de comunicação entre alunos e Coordenação Nacional; promover a interação das equipes dos municípios participantes; divulgar o trabalho e as atividades nos Núcleos e Estações Juventude; estimular os alunos, professores e equipes de coordenação a utilizarem os recursos da internet; registrar todos os acontecimentos do Programa. O sítio está adaptado para usuários com necessidades especiais e, por isto, obteve o *Selo AAA – Acessibilidade Brasil*. Ele recebe mais de 15 mil visitas por mês.

6. OS ALUNOS

Democratizar as vagas disponíveis em cada município tornou-se um dos grandes desafios para garantir o sucesso do ProJovem, pois era preciso fazer com que todos os jovens que se enquadrassem no perfil do público-alvo tivessem acesso às informações sobre o Programa e encontrassem condições igualitárias e transparentes para se inscreverem e garantirem seu ingresso. (verificar a redação)

Na primeira etapa, iniciada em junho de 2005, as inscrições foram abertas em oito capitais que firmaram convênios e ofereciam condições para implantação imediata do Programa. Fichas de inscrição foram distribuídas para as principais agências dos Correios, cuja localização era anunciada nas emissoras de rádio e em cartazes colocados nas ruas e nas repartições públicas.

Algumas prefeituras complementaram a ação publicitária com a distribuição de panfletos e a contratação de carros de som. Ao mesmo tempo, um trabalho de assessoria de imprensa divulgava o programa e os locais de inscrição, promovia entrevistas com gestores do Programa e distribuía textos jornalísticos aos veículos de comunicação social. Nessa etapa, foram inscritos 15.808 jovens, nos oito municípios participantes.

De acordo com a regulamentação do programa, instituída pelo Decreto nº 5.557, sempre que o número de inscritos numa localidade supera o número de vagas, a escolha dos candidatos é feita por sorteio, em local, data e horário divulgados previamente e com a presença obrigatória de agente público e representante de órgão de fiscalização da administração federal. O primeiro sorteio foi em 5 de julho de 2005, atendendo aos inscritos em Boa Vista, Porto Velho, Fortaleza, Recife e Salvador, com a supervisão e auditoria da Controladoria Geral da União.

Em 20 de julho de 2005, começaram as aulas ProJovem em quatro capitais – Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Velho – com o atendimento de 6 mil jovens. A aula inaugural do Programa foi proferida em Recife pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no teatro da Universidade Federal do Pernambuco, com a presença de 1.200 jovens matriculados.

6.1 Campanhas de recrutamento

Para a segunda etapa de implementação do Programa, e visando levá-lo a todas as capitais e ao Distrito Federal, a Coordenação Nacional selecionou, por processo licitatório, a empresa encarregada de montar a Central de Atendimentos do ProJovem. Com ligações gratuitas (0800), a Central informa os interessados sobre o funcionamento do Programa, além de esclarecer dúvidas por correio eletrônico, processa as inscrições e fornece dados para o sorteio de vagas, quando necessário.

A empresa vencedora, a CTIS, de Brasília, ficou responsável pelo acolhimento, retorno, tratamento, encaminhamento e controle da inscrição e pré-seleção de candidatos, além do suporte ao processo de matrícula dos jovens. A central também atende e registra chamadas com solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, pedidos de informação e elogios recebidos por meio dos canais colocados à sua disposição, como telefone.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJovem

ne (ligação gratuita), correio eletrônico e correspondências e outras interações. O atendimento, feito por profissionais treinados pela Coordenação Nacional, é feito diariamente, por 14 a 18 horas, inclusive nos finais de semana e feriados. (verificar)

Cada candidato inscrito recebe em casa uma carta confirmando o procedimento e orientando sobre o dia, horário e local em que deve comparecer para efetivar a matrícula, bem como sobre os documentos a serem apresentados. (VALE A PENA FALAR NA CARTA????)

A partir dessa segunda etapa de inscrições, um plano de comunicação social foi elaborado por equipes da Secretaria-Geral da Presidência da República e da Secretaria Especial de Comunicação Institucional (Secom). O plano, com ações de publicidade de interesse público e assessoria de imprensa, foi executado junto aos veículos de comunicação de todas as capitais (jornais, revistas, emissoras de televisão e rádio). A campanha de mídia incluiu anúncios na TV e nas rádios, cartazes, folders, volantes e gravações de áudio para carros de som.

A partir de 26 de outubro de 2005, começou a fase de matrículas e o início das aulas foi marcado para novembro do mesmo ano. Em poucos meses de atuação, o ProJovem estava implantado em todas as 26 capitais e no Distrito Federal, seja pelo início efetivo das aulas, seja pelas ações de formação inicial dos educadores.

A partir do mês de maio de 2006, começou a fase de expansão do ProJovem visando ao atendimento dos jovens residentes nas cidades com mais de 200 mil habitantes localizadas nas regiões metropolitanas das capitais. Das 36 cidades que manifestaram a intenção de aderirem ao Programa, 34 apresentaram planos de trabalho, firmaram convênios com o FNDE e implantaram o Programa. (A implantação é em número menor).

Também de forma gradual, os municípios das regiões metropolitanas iniciaram as aulas do ProJovem, a partir de novembro de 2006, sendo que, em alguns, isto só ocorreu em 2007.

- Região Metropolitana de Porto Alegre: Canoas, Gravataí, Novo Hamburgo e Viamão;
- Região Metropolitana de Curitiba: São José dos Pinhais;
- Região Metropolitana da Grande São Paulo: Carapicuíba, Diadema, Embu das Artes, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Santo André e Suzano;
- Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, Nova Iguaçu, Niterói, São Gonçalo e São João de Meriti.
- Região Metropolitana de Goiânia: Aparecida de Goiânia;
- Região Metropolitana de Belo Horizonte: Contagem, Betim e Ribeirão das Neves;
- Região Metropolitana de Vitória: Cariacica, Serra e Vila Velha;
- Região Metropolitana de Recife: Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista;
- Região Metropolitana de Fortaleza: Caucaia;
- Região Metropolitana de Belém: Ananindeua.

6.2 Alcance do Programa

Em seu Relatório Parcial de Avaliação do Programa, de dezembro de 2006, o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF) fez uma projeção estatís-

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJovem

tica combinando dados do Censo/2000, que é nacional, e da PNAD/2003, que abrange dez regiões metropolitanas. O estudo tomou por base os dados referentes à população com idade entre 18 e 24 anos, com 4 a 7 anos de escolaridade, residentes nas cidades com mais de 300 mil habitantes.

A conclusão é que, projetando-se as estimativas para 2006, haveria um público potencial de 1,3 milhão de jovens com perfil semelhante ao definido como público-alvo do ProJovem – quantitativo que é decrescente em função “da universalização do acesso à escola e dos programas de recuperação, aceleração e inclusão de jovens em situação de defasagem educacional” e da queda da taxa de natalidade ao longo das últimas três décadas, entre outros fatores.

Os levantamentos feitos pelo CAED/UFJF a partir da base dos dados sobre as matrículas no ProJovem, indicam que um percentual variável entre 30% e 50% dos jovens inscritos não chegam a ter qualquer experiência com o Programa. A análise das informações indica que tal índice de desistências não está relacionado a eventuais problemas de implementação do ProJovem, mas, com as condicionalidades dos próprios jovens, como a necessidade de trabalhar, as circunstâncias familiares, migração, mudança de residência e outras razões.

As causas dessa defasagem são inúmeras e não chegaram a ser processadas na pesquisa. Mas, de acordo com dados levantados pelo Grupo de Trabalho de Supervisão, é possível inferir que as causas vão da falta de cumprimento dos pré-requisitos do Programa (como limite de idade, comprovação de escolaridade ou inexistência de vínculo empregatício) até a simples desistência em função do trabalho em horário incompatível, cansaço, dificuldades para guarda dos filhos, mudança para região de difícil acesso ao Núcleo, medo da violência, falta de apoio familiar.

As estatísticas oficiais, novamente, confirmam essas indicações. Do total de jovens de 18 a 24 anos residentes nas regiões metropolitanas e com 4 a 7 anos de estudo, menos de 40% vivem com os pais na condição de filhos; 25% são referência ou arrimos de família; 22% estão na condição de cônjuge. Boa parte desses jovens é responsável pela manutenção e guarda dos filhos: praticamente dois em cada três jovens nessa faixa etária já são pais ou mães.

A necessidade de trabalhar, ainda que sem carteira profissional assinada ou em atividade informal, representa outra barreira ao esforço de recrutamento. De acordo com PNAD/2003, 39% dos jovens declararam que desenvolviam algum tipo de ocupação. Perto de 10% dos que não tinham carteira assinada ganhavam R\$ 100,00 por mês (41,2% do salário mínimo da época). (perfil do público alvo: destacar)

Assim, o auxílio financeiro de R\$ 100,00 por mês, pago aos alunos freqüentes, não teria sido decisivo para o ingresso deles no ProJovem, mas certamente foi para esses jovens um importante estímulo à retomada dos estudos, pois reduz o impacto financeiro da nova atividade escolar sobre a renda familiar e serve para custear o transporte ou o pagamento da guarda dos filhos, por exemplo. (verificar a questão da renda)

Em contrapartida, a oportunidade de qualificação profissional, especialmente na área de informática, (a qualificação é um atrativo ea informática também) tem sido um dos fatores principais de atração para o ProJovem e, na opinião da maioria dos alunos ouvidos em pesquisa por grupos focais, representou fator decisivo para o ingresso no curso. A grande maioria dos pesquisados justificou que o conhecimento em informática abre perspectivas favoráveis de “conseguir um novo trabalho” ou de “melhorar a vida da família”.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJovem

Entre os matriculados no curso, a maioria estava fora da escola e com restrições no mercado de trabalho, mas vislumbrou no Programa a chance de aprender uma profissão. (abrir destaque para os dados de escolaridade) Nas primeiras etapas, o arco profissional mais presente nas Estações Juventude foi o de Construção e Reparos, que tem duas modalidades e foi adotado em 19 das 27 capitais. O arco de Turismo e Hospitalidade foi oferecido em outras 17 capitais e o de Telemática em 14. Foram, ainda, marcantes as ofertas de profissionalização em Móveis e Madeira, pois elas se concentraram na região norte do país, nas capitais sob a influência da Floresta Amazônica – com exceção de Belém(PA), que optou pelo Agro-extratativismo, outra modalidade relacionada aos recursos da floresta.

De outro lado, o CAEd/UFJF verificou que, ao longo dos dois primeiros anos de funcionamento do Programa, no mínimo, 60% dos jovens que efetivaram suas matrículas chegaram ao final do curso e obtiveram a certificação do Ensino Fundamental e a qualificação profissional em nível inicial. Em números absolutos, 384.657 jovens inscreveram-se no ProJovem do início de junho de 2005, quando se iniciou o Programa, até julho de 2007, e o número de matrículas aproximou-se de 200 mil. (verificar: tem problema)

6.3 Perfil dos alunos

O Relatório Parcial de Avaliação do ProJovem acentua que o perfil do grupo de jovens atendidos guarda perfeita coerência com as características demográficas da população-alvo do Programa. Essa conclusão leva em conta a caracterização geral do público-alvo e da população atendida, bem como as características dos grupos de alunos tomados como parâmetro para o estudo da efetividade do Programa; e é reafirmada quando a comparação é feita a partir dos dados relativos à distribuição da população atendida por gênero, por faixa de idade, grupo de cor, escolaridade pregressa, trajetória em relação ao mundo do trabalho e a relação com a comunidade e o bem público.

Também, quando analisa o atendimento da população jovem metropolitana em maior situação de risco, o conclui pela eficácia do Programa. A pesquisa demonstra, ainda, que esses jovens não tiveram, anteriormente, oportunidades educacionais adequadas nem chances de se prepararem para os desafios do mundo do trabalho, explicitando, assim, o limite das atuais ofertas educacionais para essa clientela e sua dependência em relação às políticas específicas existentes.

O estudo indica também que os jovens se preocupam em obter a certificação do Ensino Fundamental e aprender uma profissão por acreditarem que estas são condições básicas para sua emancipação e de suas famílias. E têm perfeita noção de pertencimento comunitário e disponibilidade para ações coletivas e participativas. Nos quadros a seguir está a síntese dos estudos realizados pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF), a partir das informações contidas na base de dados da matrícula no ProJovem.

Quem são os alunos do ProJovem?

- 53% são mulheres, 47% são homens
- a metade deles tem 20 a 21 anos de idade
- 70,8% declararam-se pardos ou negros

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJovem

- 77,5% são solteiros
- 73% são chefes de família
- 53% têm filhos
- 84% residem na comunidade há mais de 5 anos

Qual a escolaridade anterior desses alunos?

- 14% estudaram apenas até a 4ª série
- 33% chegaram até a 7ª série
- 53% fizeram até a 5ª ou 6ª série
- 10% não souberam identificar a última série cursada com êxito
- 6% cursaram supletivos ou classes de aceleração

Qual a trajetória desses jovens no mundo do trabalho?

- 20% nunca trabalharam
- 53% começaram a trabalhar entre 13 e 18 anos de idade
- 44% obtiveram o primeiro trabalho recentemente, em 2005 ou 2006, e, desses, menos de 10% tiveram acesso ao emprego formal
- 90% dos alunos não têm qualquer qualificação profissional
- 83% dos que trabalham nunca fizeram um curso profissional
- 90% dos que trabalham ganham menos que o salário mínimo
- 70% dos que trabalham não têm carteira assinada
- 60% ficaram apenas menos de 6 meses no trabalho em 2005
- 83% nunca atuaram como voluntários

Que relações eles têm com suas comunidades?

- 84% moram na comunidade há mais de 5 anos
- 6% chegaram à comunidade há menos de dois anos
- 46% convivem com grupos de até 5 amigos
- mais da metade não participam de qualquer associação
- 83% nunca atuaram como voluntários
- 60% vão à igreja ao menos uma vez por semana

Como eles participam da política?

- 98% possuem título eleitoral
- 56% votariam, mesmo se o voto não fosse obrigatório
- 71% votaram no referendo sobre porte de armas
- 87% não participam de qualquer outro programa federal para educação

No ProJovem, como eles se distribuíram pelos arcos profissionais?

- As mulheres estão mais concentradas nos arcos de:
 - Serviços Domésticos – 92%
 - Saúde e Educação – 90%
 - Serviços Pessoais – 85%
- Os homens concentraram suas preferências nos arcos de:
 - Construção e Reparos/Transportes – 94%
 - Administração – 79%
 - Telemática – 67%

E o que eles ganharam com o ProJovem, até agora?

- A comparação entre as avaliações realizadas durante o curso demonstra que todos obtiveram ganhos de proficiência em todas as disciplinas.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJovem

- Nas avaliações formativas, os percentuais de acerto foram acima da média de referência em quase todos os componentes curriculares.
- No Exame Final Nacional Externo, a maioria dos jovens obteve média de acertos próxima a 56%.

7. IMPACTOS DIRETOS

No estudo comparativo entre grupos focais, realizado com base em depoimentos colhidos dos alunos em todo o País, fica evidente o acerto quanto à proposta pedagógica adotada pelo ProJovem. Se entre os profissionais constata-se, na maioria dos Núcleos, certa empolgação com o modelo posto em prática, da parte dos alunos é impressionante a persistência de elogios ao Programa sempre que eles são solicitados a comparar esse modelo com o praticado nas escolas regulares. Nesse aspecto, as referências mais marcantes são quanto à qualidade das relações aluno/professor e o reconhecimento do nível de preocupação e interesse que os educadores têm demonstrado em relação aos seus alunos.

A vantagem também é do ProJovem quando os estudantes são chamados a fazer comparações com o ensino regular e são questionados sobre as dificuldades de aprendizagem com uma e com outra metodologia. Em geral, eles destacam a dedicação dos professores, a forma de ensinar, a facilidade de compreender o material didático e o método de ensino integrado com atividades que fazem parte do cotidiano de cada um.

7.1 Avaliação Diagnóstica

Tão logo iniciam suas aulas, todos os matriculados no ProJovem passam por uma Avaliação Diagnóstica, realizada pelo Subsistema de Avaliação Externa dos Alunos, cujos resultados são expressos em médias de proficiência comparáveis, por meio de critérios de equalização, com a escala utilizada pelo Ministério da Educação e representada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Não há estudos comparativos entre as medidas do SAEB e aquelas obtidas pela avaliação dos alunos dos cursos supletivos, de Educação de Jovens e Adultos ou projetos de aceleração de aprendizagem. Mas, tomando-se como referência resultados obtidos pelos sistemas de avaliação educacional empregados em Minas Gerais (2000) e no Rio de Janeiro (2004), é possível inferir que, em geral, as médias alcançadas no SAEB pelos alunos do ensino regular são da ordem 25% superiores.

A média geral de proficiência dos alunos do ProJovem em Matemática é de 192,12 pontos e, em Português, de 193,04 pontos. Esse desempenho é superior à média alcançada no SAEB pelos alunos de quarta série da rede pública, e cerca de 10% inferior à média nacional do SAEB. Assim sendo, o desempenho dos alunos do ProJovem está, perfeitamente, dentro das expectativas, considerando-se que o Programa abriga jovens com escolaridade variada e com a trajetória escolar interrompida.

Proficiência média dos alunos de escolas regulares, conforme o SAEB/2003, e dos alunos do ProJovem, conforme a Avaliação Diagnóstica			
SAEB - Média Nacional (2003)		Avaliação Diagnóstica - 2006	
Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
213 pontos	220 pontos	194 pontos	192 pontos

Fontes: INEP/MEC CAEd/UFJF

7.2 Evolução da aprendizagem

Entre seis a nove meses após o início do curso, é aplicada a Avaliação Intermediária, de caráter amostral, com o objetivo de extrair indicações da evolução do processo de ensino e aprendizagem, como parte da avaliação do Programa. Com base nesses testes, verificou-se que, em geral, os ganhos de proficiência são significativos, bem próximos do esperado para o conjunto dos alunos, embora os resultados apresentem variações conforme a época de entrada do aluno; ou seja, o rendimento foi menor nas primeiras turmas e foi crescendo nas seguintes de forma significativa, como resultado provável da melhor compreensão e aplicação do Projeto Político-Pedagógico por parte dos educadores.

Em comparação com a Avaliação Diagnóstica, as médias obtidas pela Avaliação Intermediária significaram um aumento de até 13 pontos em Língua Portuguesa, com ganho médio de 8 pontos; enquanto em Matemática, o ganho médio foi de 6 pontos, para um período de 6 a 9 meses de curso.

O aumento qualitativo representado pelo ganho de proficiência nas duas disciplinas veio acompanhado de uma importante redução do desvio padrão, pois diminuiu o percentual de alunos com rendimento abaixo da média. Ou seja, a metodologia do Programa tem sido eficaz na tarefa de elevar o nível de escolaridade e, sobretudo, tem permitido distribuir esse conhecimento de forma mais equânime, o que se reconhece como uma das principais virtudes do ProJovem.

7.3 Avaliação formativa

As avaliações formativas, realizadas ao final de cada módulo do curso, referem-se diretamente aos conteúdos estudados nos três meses anteriores, refletindo, ainda que por aproximação, o grau de acompanhamento e de assimilação alcançado pelos alunos. Os resultados desses testes têm sido heterogêneos: as médias são decrescentes na medida em que o curso avança e a complexidade dos conteúdos aumenta e ainda apresentando importantes diferenças regionais.

De todo modo, num total de 30 pontos possíveis, as médias obtidas pelo conjunto dos alunos têm sido sempre superiores a 15 pontos (50%), considerando-se o grupo das disciplinas de Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa. As médias mais baixas são as de Língua Inglesa e Ciências da Natureza, enquanto as de Matemática e Língua Portuguesa têm mantido certa estabilidade.

Em termos nacionais, são as seguintes as médias das notas obtidas pelos alunos do ProJovem nas quatro avaliações formativas, considerando-se o conjunto das disciplinas:

- Unidade Formativa 1 – 20,54 pontos
- Unidade Formativa 2 – 21,27 pontos
- Unidade Formativa 3 – 19,86 pontos
- Unidade Formativa 4 – 17,79 pontos

7.4 Avaliação Final

Em setembro de 2006, o primeiro Exame Final Nacional Externo (EFNE) foi aplicado aos alunos de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Velho e Recife. O percentual de acerto médio superou 25 pontos – num total de 50 pontos possíveis – o que foi considerado pelo CAEd/UFJF como “resultado bastante positivo, tendo em vista as competências desenvolvidas em doze meses de trabalho”. Até julho de 2007, ocorreram mais duas edições do EFNE.

Para responder os questionamentos da Coordenação Nacional, pesquisadores do CAED/UFJF reuniram os dados das três edições do EFNE e fizeram a sua equalização, visando a dimensionar o ganho de aprendizagem dos alunos, após um ano de curso, tomando como referência a Avaliação Diagnóstica. Observou-se uma ligeira tendência de elevação da proficiência, em relação às previsões iniciais.

Os concluintes do ProJovem partiram de uma proficiência média inicial de 204 pontos e, ao final de um ano de estudos, atingiram a média de 222 pontos, agregando, portanto, 18 pontos. Nesse aspecto, há outro indicador da eficácia da metodologia empregada pelo Programa, uma vez que os grupos que partiram de uma média de proficiência menor – de 192 pontos – agregaram mais, em média 22,3 pontos.

Para aos próximos grupos de concluintes, a estimativa é que o valor da proficiência agregada cresça ainda mais, da ordem de 22 pontos, pelo menos, e possa elevar a proficiência final para a faixa entre 225 e 230 pontos.

Proficiência Agregada em Português, a partir da Avaliação Diagnóstica, na Avaliação Intermediária e nas três primeiras edições do Exame Final Nacional Externo

Fonte: CAEd/UFJF

Grupo	Avaliação Diagnóstica	Avaliação Intermediária	Exame Final Nacional Externo	Proficiência Agregada
Intermediária 2	190,29	208,5		18,2
EFNE 1	192,55		214,9	22,3
EFNE 2	206,58		228,3	21,7
EFNE 3	213,22		226,0	12,8

7.5 Perfil dos concluintes

A avaliação parcial do Programa demonstra que a ação pedagógica é eficiente e que, com ela, o jovem, efetivamente, aprende os conteúdos próprios do Ensino Fundamental previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Em geral, os concluintes do curso estão no mesmo nível ou acima do nível alcançado por aqueles que cursaram a escola pública de ensino regular. Logo, todos os concluintes estão aptos a prosseguirem seus estudos no Ensino Médio, retomando uma trajetória escolar que poderá levá-los também ao ensino de nível técnico, tecnológico ou superior.

O ProJovem também opera positivamente para a promoção da equidade, proporcionando ganhos de proficiência em nível individual e, ao mesmo tempo, ampliando o contingente de jovens com melhoria de rendimento escolar. O Programa também tem sido equânime, conforme revelam os dados relativos ao perfil dos alunos que concluíram o curso com sucesso até 2006.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJovem

Em todos os parâmetros de gênero, cor declarada da pele, faixa etária e situação familiar, por exemplo, observa-se que são bem próximas as características do grupo de alunos matriculados e freqüentes em relação ao grupo dos que concluíram o curso.

Perfil dos concluintes do curso em 2006

- 51% são mulheres
- 66,5% são negros ou pardos
- 78,4% são solteiros
- 75% são pais de família
- 54% têm filhos (verificar)

7.6 Formação para o trabalho

Na concepção do ProJovem, a qualificação profissional remete ao desenvolvimento de habilidades, ao auto-conhecimento, à sociabilidade e à realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional que possa assegurar renda aos jovens participantes e levá-los à autonomia. É pelo trabalho que cada um constrói suas condições de existência e, nessa perspectiva, ele é constituinte do sujeito na sua totalidade; é o espaço onde o jovem pode se realizar enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura.

Ao entrarem para o ProJovem, 90% dos alunos que concluíram o curso não possuíam qualquer qualificação profissional. Em todo o país, conforme registraram os veículos de comunicação desenvolvidos pelo Programa, há inúmeros exemplos de jovens que encontraram perspectivas novas de ingresso no mercado de trabalho, de desenvolvimento de atividades empreendedoras de caráter individual e coletivo ou que ingressaram por meio de exame seletivo público em escolas técnicas para prosseguirem no seu percurso formativo.

Em várias cidades, o desenvolvimento das atividades práticas de formação profissional ocorreu com o concurso de organizações sociais empresariais ou sindicais e não-governamentais. Essa condição contribuiu efetivamente para a ampliação da rede de relações sociais dos jovens, pré-requisito que, no mundo atual, é essencial como referência para o jovem, tanto em relação ao mundo do trabalho e suas exigências, quanto em relação ao âmbito profissional, visando sua inclusão no mercado de trabalho.

Embora não haja ações de acompanhamento dos jovens concluintes do curso, há indicações suficientes para afirmar-se que o modelo e a dosagem da qualificação profissional no ProJovem são adequadas para retirar esses jovens do estágio radical de exclusão em que se encontravam, anteriormente. Essa promoção, junto com a elevação da escolaridade, é um dos aspectos mais relevantes para a recuperação da auto-estima e construção do capital social dos egressos do Programa.

7.7 Ação Comunitária

A Ação Comunitária tem sido um componente muito forte do ProJovem e sua abordagem interdisciplinar tem permitido o desenvolvimento de trabalhos conjuntos e de forma integrada com o currículo. Assim, embora seja tarefa prioritária do assistente social, ela

tem envolvido grande parte dos professores especialistas e dos qualificadores profissionais.

Nas aulas teóricas e oficinas, são discutidas questões como direitos humanos, direitos do consumidor, acesso aos bens e serviços públicos, ética e cidadania, assim como questões de saneamento, saúde pública, qualidade e acesso aos serviços públicos, preservação do meio ambiente, violência, drogas, sexualidade, participação social, direito à cultura e ao lazer, entre tantos outros.

Como os espaços e ambientes das cidades são utilizados de forma intensa como reforço do trabalho pedagógico, o Programa vem contribuindo para ampliar os horizontes dos alunos, fazendo com que eles conheçam melhor o lugar onde vivem, as forças vivas de sua região, os movimentos sociais, as instituições e os espaços de exercício da cidadania, o patrimônio artístico, cultural e ambiental.

A avaliação da realidade e a sistematização dos trabalhos como proposta dos Planos de Ação Comunitária proporcionam aos alunos e suas turmas a oportunidade de vivenciar situações de conflito e negociações para sua superação, de dimensionar conquista, avanços e recuos, refletindo sobre as práticas sociais e consolidando suas experiências.

É nessas reflexões que os jovens aprendem a avaliar o alcance de suas ações; as formas de encaminhamento das demandas e os meios de realização; e são levados a compreender a importância e a eficácia do trabalho coletivo e solidário e tudo que isso pode representar em termos de aprendizado e desenvolvimento de competências e habilidades visando a participação social e o exercício da cidadania.

Juntamente com a elevação da escolaridade e a qualificação profissional, o desenvolvimento de ações de interesse comunitário contribui para a construção da identidade social do jovem, amplia seu capital social e o aproxima das redes de apoio. Esse conjunto de fatores fortalece a capacidade de cada um para fugir da exclusão social, tanto no plano individual, como no familiar. Além disso, como uma grande parte dos alunos do ProJovem também tem filhos, os benefícios se propagam também para as famílias, uma vez que a instrução dos pais é fator evidente de inibição da exclusão social das crianças.

7.8 Modelo de Gestão

O modelo de gestão consorciada (intersectorial), adotado pelo ProJovem em nível nacional, tem sido replicado nos municípios, o que contribui para evitar a visão fragmentada da questão juvenil e para que as administrações reconheçam a centralidade da juventude no contexto das políticas sociais. O modelo, portanto, oferece condições efetivas de combate à exclusão e contribui diretamente para a inserção social dos jovens.

Difundir essa modalidade de gestão induz os municípios a também adotar políticas públicas integradas, não só para atender às demandas da juventude, como também para as demandas na órbita de outros setores da administração pública. (verificar a redação) Com toda certeza, o ProJovem influenciou para a criação de secretarias ou coordenações municipais responsáveis pela política de juventude em nível local e vem mudando conceitos na forma de implementar políticas sociais.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJÓVEM

Em alguns municípios, os comitês gestores do Programa passaram a ter a colaboração de profissionais de áreas distintas que, à sua forma e nos campos de sua competência, contribuem para a compreensão das questões juvenis e para o atendimento de suas demandas. Outras prefeituras foram além do formato proposto e agregaram ao Programa outros setores, como os responsáveis pelas áreas de esportes, saúde e cultura, por exemplo.

Direta ou indiretamente, o ProJovem também contribuiu para que se intensificassem os as pesquisas envolvendo as questões juvenis nas universidades, especialmente daquelas que participam do Programa. Hoje, pode-se dizer que poucos países conhecem a juventude tão bem quanto o Brasil, pois há uma extensa massa crítica desenvolvida pronta a dar respostas eficientes às solicitações, definições e avaliações das políticas públicas voltadas para a população jovem. (precisa disto????)

7.9 Inclusão digital

A inclusão digital também se tornou, nos últimos anos, um importante fator de promoção social. Em todos os setores da vida moderna, todas as pessoas, de todos os grupos sociais e idades, têm necessidade de algum conhecimento sobre a operação e utilização de terminais informatizados. Apesar da expansão do mercado desses produtos, ainda é muito grande o número de brasileiros que não têm a oportunidade de aprender a operar computadores e que nunca tiveram acesso às redes digitais de comunicação, como a internet.

O ProJovem procurou realçar o papel do conhecimento em informática como um dos pilares da vida moderna, visando a proporcionar aos jovens uma oportunidade efetiva de aprender os princípios de funcionamento, os programas principais e recursos técnicos essenciais para a operação de computadores, sistemas periféricos e tecnologias da informação. Assim, todos os jovens concluintes do curso puderam aprender sobre sistemas operacionais, formatação de textos, tabelas, gráficos e ilustrações; navegação e busca de informações na internet; redação de documentos, organização, transmissão e obtenção de arquivos e dados. (verificar)

7.10 Equipamento das escolas

Em 2005, por meio de licitação pública, a Coordenação Nacional adquiriu sistemas e soluções integradas para instalação de laboratórios de informática nos Núcleos e nas Estações Juventude. Esses laboratórios, constituídos por dez microcomputadores com estabilizadores, uma impressora e um *switch*, foram entregues às prefeituras municipais e montados nas escolas. Para as coordenações municipais e Estações Juventude, foram fornecidos três computadores com estabilizadores, impressora e *switch*, todos com garantia e suporte técnico da empresa fabricante.

Foram adquiridos e entregues pelo ProJovem 19.615 computadores, 19.615 estabilizadores, 2.154 impressoras a laser e 2.154 *switches*, cabendo aos municípios e ao Distrito Federal a responsabilidade de preparar o espaço físico para instalação dos laboratórios, adquirir o mobiliário e cuidar da manutenção dos equipamentos. Os alunos têm acesso irrestrito aos computadores durante todo o curso. (verificar números)

Assim como a grande maioria dos alunos, parte dos professores selecionados para atuarem no ProJovem também estava fora do mundo digital. Para eles foi organizado um curso especial visando a capacitá-los a operar os computadores, operar os principais programas e explorar os recursos da informática como instrumento pedagógico, dentro e fora da sala de aula. Eles receberam treinamento de 16 horas de duração para se familiarizarem com o Sistema Operacional (Linux, de software livre), o editor de textos *Open Office* e o Editor de apresentações e Navegador de internet *Fire fox*. Em 2006, essa capacitação aconteceu em 20 capitais.

7.11 Capacitação de professores

A Fundação Darcy Ribeiro (Fundar), responsável pela formação inicial e formação continuada dos educadores, constatou que, em vários municípios, os resultados pedagógicos do ProJovem “foram excepcionais”. Na avaliação da Fundar, essa tarefa foi bastante facilitada pela qualidade do material didático fornecido aos alunos e dos manuais de orientação aos educadores. São livros que permitem caminhar com liberdade e segurança pelos módulos pedagógicos e exercitar metodologias capazes de promover o sucesso da aprendizagem.

A chave do sucesso tem sido a integração das equipes e no cumprimento do plano pedagógico. A prática tem demonstrado que os resultados costumam ser melhores sempre que as coordenações municipais trabalham diretamente com os educadores, trocando experiências, atuando de forma interdisciplinar e intersetorial, agindo em conjunto e envolvendo o pessoal pedagógico, os qualificadores profissionais e os assistentes sociais.

A melhora de desempenho dos educadores também ficou evidente, e uma das demonstrações desse avanço é que muitos educadores do ProJovem foram aprovados em concursos públicos diversos, enquanto outros têm sido chamados a exercer cargos importantes nas secretarias de educação, de assistência social e de trabalho de alguns municípios e de órgãos da administração estadual. (será que deve??)

7.12 Impactos sobre a rede pública regular

Parte significativa da experiência dos educadores do ProJovem está sendo replicada nas escolas da rede pública dos municípios e dos estados. Como muitos professores são originários dos quadros de servidores públicos, eles têm aproveitado a experiência do ProJovem, transmitindo a seus pares o conhecimento adquirido e influenciando na adoção de novas práticas pedagógicas. Eles, agora, fazem questão das reuniões de planejamento, cobram a realização de encontros de avaliação e intercâmbio, com reflexos positivos também na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e no relacionamento das escolas e seus dirigentes com as comunidades. (verificar se temos dados concretos sobre a afirmativa)

9. DESAFIOS E PROPOSIÇÕES

Com um grande acúmulo de conhecimentos e intensa experiência positiva, o ProJovem tem ainda um elenco significativo de desafios a serem vencidos. Para a maior parte deles já existem proposições e iniciativas adotadas ou encaminhadas pela equipe de coordenação e de execução do Programa. Outras questões encontram-se em fase de debates e deliberações no âmbito do Comitê Gestor e do Conselho Técnico do Programa. A seguir, a síntese de algumas dessas situações.

1) Quanto à gestão do Programa

- Parte das coordenações municipais ainda reage com lentidão, senão com omissão, em relação aos problemas detectados pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação nos Núcleos e nas Estações Juventude;
- Em algumas cidades, não se efetivou a gestão consorciada (intersectorial) do Programa, em nível municipal, e essa resistência provoca atrasos na contratação de pessoal e na instalação de equipamentos, além de ineficiência e falta de cooperação entre as equipes;
- Estimular e intensificar as formas de controle social do Programa, interna e externamente, de forma a preservar e aperfeiçoar sua qualidade e eficácia;
- Intensificar mecanismos, oportunidades e atitudes de integração da máquina pública e de ações transversais capazes de potencializar as intervenções e as políticas sociais estratégicas.

2) Quanto à infra-estrutura

- Em algumas cidades, a distribuição espacial dos Núcleos cria dificuldades para o ingresso de grande número de jovens. As escolas públicas utilizadas pelo Programa, geralmente municipais, nem sempre estão localizadas nas áreas de maior demanda, deficiência que deve ser coberta por melhores condições de transporte e de segurança, principalmente;
- Os acervos de livros das escolas nem sempre são acessíveis, ou não são adequados aos alunos do ProJovem;
- O acesso à internet é limitado, sendo ideal que os laboratórios disponham de ligações em banda larga.

3) Quanto ao ingresso e a permanência no curso

- A realização de campanhas rotineiras de publicidade de interesse público é essencial para que mais jovens tenham conhecimento do Programa e possam candidatar-se a ele;